



DOMINAÇÃO EM TRÊS ATOS: a colonialidade a partir da literatura ocidental

DOMINATION IN THREE ACTS: coloniality from western literature

DOMINACIÓN EN TRES ACTOS: la colonialidad desde la literatura occidental

Tiago Osiro Linhar¹

RESUMO: Este trabalho, sob a perspectiva dos estudos descoloniais, busca problematizar o projeto histórico que estruturou a relação entre o ocidente e a literatura. Para isso, propomos um percurso que tem início na conquista final de Al-Andalus e na colonização do continente posteriormente denominado América. Nesse contexto, enfatizamos o epistemicídio como um dos principais mecanismos de controle da invasão desses territórios. A queima das bibliotecas Al-Andalus e dos códices dos povos originários, conforme nossa hipótese, configuraram gestos fundadores da literatura ocidental moderna. Além do epistemicídio, destacamos as construções narrativas que forjaram a imagem dos povos conquistados como “selvagens” em contraposição ao europeu “civilizado”. Por fim, analisamos o processo de dominação por meio das manifestações literárias — iniciado com os jesuítas e consolidado pelo projeto alemão de uma literatura universal —, bem como a ideia moderna de superioridade europeia que permanece nas grades curriculares do ensino básico e nas disciplinas do ensino superior.

Palavras-chave: Literatura ocidental; Epistemicídio; Decolonialidade.

¹ Tiago Osiro Linhar Possui Doutorado em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Membro do Núcleo de Estudos Culturais Comparados (NECC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2962-4645>. Email: tiagooliar@hotmail.com.

ABSTRACT: This work, from the perspective of decolonial studies, seeks to problematize the historical project that structured the relationship between the West and literature. To this end, we propose a trajectory that begins with the final conquest of Al-Andalus and the colonization of the continent later called America. In this context, we emphasize *epistemicide* as one of the main mechanisms for controlling the invasion of these territories. The burning of Al-Andalus libraries and the codices of the indigenous peoples, according to our hypothesis, constitute founding gestures of modern Western literature. In addition to *epistemicide*, we highlight the narrative constructions that forged the image of the conquered peoples as "savages" in contrast to the "civilized" European. Finally, we analyze the process of domination through literary manifestations—initiated with the Jesuits and consolidated by the German project of a universal literature—as well as the modern idea of European superiority that remains in the curricula of basic education and in higher education disciplines.

Keywords: Western literature; *Epistemicide*; Decoloniality.

402

RESUMEN: Este trabajo, desde la perspectiva de los estudios decoloniales, busca problematizar el proyecto histórico que estructuró la relación entre Occidente y la literatura. Para ello, proponemos una trayectoria que comienza con la conquista definitiva de Al-Ándalus y la colonización del continente posteriormente denominado América. En este contexto, destacamos el epistemicidio como uno de los principales mecanismos para controlar la invasión de estos territorios. La quema de las bibliotecas de Al-Ándalus y de los códices de los pueblos indígenas, según nuestra hipótesis, constituye gestos fundacionales de la literatura occidental moderna. Además del epistemicidio, destacamos las construcciones narrativas que forjaron la imagen de los pueblos conquistados como «salvajes» en contraste con los europeos «civilizados». Finalmente, analizamos el proceso de dominación a través de las manifestaciones literarias —iniciado con los jesuitas y consolidado por el proyecto alemán de una literatura universal—, así como la idea moderna de superioridad europea que persiste en los currículos de la educación básica y en las disciplinas de la educación superior.

Palabras clave: Literatura occidental; Epistemicidio; Decolonialidad.

INTRODUÇÃO

O Outro, o Outro canibal ou bárbaro, o Outro objeto de um discurso, o Outro necessário para que o eu se constitua como sujeito, aparece e reaparece na construção das filiações ou, o que é a mesma coisa, da memória, seja individual, coletiva, pública, histórica ou oficial. Situar e filiar o Outro possibilita estabelecer o posicionamento de quem fala, possibilita projetar ou inventar memórias, possibilita construir passados ou apagar histórias.

ACHUGAR, *Planetas sem boca*, 32.

Este trabalho propõe uma leitura descolonial acerca da relação que o ocidente manteve com a literatura. Seguindo essa perspectiva, nossa hipótese central é a de que, para além da tão proclamada função emancipadora, as diversas manifestações da literatura ocidental serviram, antes de mais nada, como eficazes instrumentos de dominação colonial. Pretendemos, por este viés, trazer à luz da investigação o que sempre se omitiu na relação entre ocidente e literatura.

A moderna literatura surge da destruição. O primeiro ato, em um momento que demarca uma espécie de prelúdio da modernidade, foi o da queima da biblioteca de Al-Andalus, durante a conquista do território muçulmano. Já no contexto do nascente sistema mundial/colonial/moderno, foram queimados os códices dos povos originários. O epistemicídio, como uma particularidade europeia, foi imprescindível para o apagamento de memórias culturais e também para o começo da instauração de um projeto de dominação epistêmica, com pretensões universais.

E não foi senão do fogo e do apagamento de memórias que o ocidente *Renasce* manuseando o controle das narrativas. Por um lado, os diários, que dariam matéria para as crônicas da conquista da América, foram redigidos ao modo de literatura fantástica, descrevendo os povos originários do Novo Mundo como seres obscurantistas, selvagens, canibais e subumanos. Por outro, os autos, escritos e encenados pelos jesuítas, dariam início ao projeto que contaminaria, para sempre, as culturas autóctones do chamado Novo Mundo com a cosmovisão da cristandade europeia.

403

A destruição de memórias e a substituição pelo gosto, costume e crença europeia foram os mecanismos que viabilizaram a construção de uma memória eurocêntrica expandida mundo a fora. Não por outra razão, o objetivo inicial do presente trabalho é o de fazer uma leitura crítica, apontando a literatura, que emerge com a modernidade, como um dos mais eficazes instrumentos de dominação colonial. Assim, não é difícil sustentar que a tradição literária originada pela modernidade terminaria por configurar (entre o final do século XVIII e o início do Século XIX) o projeto romântico alemão e a literatura universal (*weltliteratur*), consumada por Goethe, mas também a “história universal” inventada por Hegel.

Desse modo, compreendemos a importância de se discutir sobre a preservação desse instrumento de dominação nas grades curriculares do ensino básico e nas disciplinas do ensino superior. Nossos estudantes, continuam

submetidos ao ininterrupto adestramento literário, filosófico, em suma, educacional, que conserva a velha ideologia da superioridade europeia propagada como modelo de civilização. Assim, cabe-nos reconhecer que, sem os devidos apontamentos críticos, a literatura ocidental persistirá funcionando como um dos aparatos discursivos que nos faz acreditar naquilo que nos fora inventado no contexto do discurso e não na própria realidade que nos circunda.

INVASÃO e destruição

Não é demais afirmar que, antes de qualquer definição, a Modernidade foi um projeto laborioso. As práticas de dominação colonial começaram com a ocupação cristã da região predominantemente muçulmana de Al-Andalus. No entanto, o sistema colonial moderno iniciou-se efetivamente com a invasão de *Abya Yala*, território que hoje conhecemos como América. A colonização de ambas regiões se deu através dos mesmos mecanismos: roubos, genocídios e epistemicídios, coordenados por muita violência.

O mês de janeiro de 1492 é a data que marca a conquista final de Al-Andalus². Em outubro do mesmo ano, Cristóvão Colombo atraca à costa do Caribe, inaugurando a modernidade³. Para Anibal Quijano “A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade” (QUIJANO, 2005, p. 117). O período colonial e, por consequência, a formação de uma identidade moderna, determinaram também os rumos da presumida literatura ocidental, esta que emergira da destruição e do apagamento de outras literaturas.

404

² A conquista definitiva sobre a autoridade política muçulmana na Península Ibérica se concluiu em 2 de janeiro de 1492, com a capitulação do Emirado Nasrida de Gra nada. Apenas nove dias depois, em 11 de janeiro de 1492, Colombo encontrou-se novamente com a rainha Isabel. Mas, desta vez, o encontro aconteceu no Palácio Nasrida de Granada, onde Colombo obteve a autorização real e os recursos para sua viagem. Dez meses depois, em 12 de outubro de 1492, Colombo chegou à costa do território que denominou Índias Ocidentais (GROSFOGUEL, 2013, 34).

³ Nas palabras de Enrique Dussel “1492, según nuestra tesis central, es la fecha del ‘nacimiento de la Modernidad’” (DUSSEL, 1994, p. 7).

Para Ramón Grosfoguel (2013), a queima de livros da biblioteca de Al-Andalus foi um laboratório do epistemicídio posto em prática nas Américas com a queima dos códices dos povos originários. O apagamento de memórias e a substituição pelos valores e crença da Europa cristã fizeram da América também uma espécie de laboratório do que mais tarde seria, no tocante à literatura, o projeto romântico de dominação universal.

Gestou-se a partir das primeiras manifestações literárias da modernidade – que transitaram entre os diários (ou crônicas) dos invasores e as representações teatrais jesuítas – um fenômeno que determinaria o controle da narrativa mundialmente oficializada como memória “universal”. Modernidade e literatura ocidental são geradas em concomitância, em um mesmo espaço e tempo.

Portanto, vale notar que as primeiras manifestações literárias da modernidade não podem ser vistas como simples registros. Constituíam instrumentos de poder, ao mesmo tempo que relatavam e fabricavam realidades, legitimando a violência colonial. Enrique Dussel (1993) sustenta que a modernidade europeia não pode ser compreendida sem considerar esse momento inaugural de exclusão e violência sistemática contra o *outro*. Não obstante, a modernidade seguida de seus registros e manifestações literárias assumem a face eurocêntrica em nome de um projeto de dominação.

405

Podemos, portanto, identificar três momentos centrais da relação entre o Ocidente e a literatura. O primeiro é o do epistemicídio, materializado na destruição de bibliotecas, códices e tradições orais sistematicamente deslegitimadas. O segundo corresponde à produção de narrativas coloniais que inventaram a inferioridade dos povos subjugados, atribuindo-lhes traços de barbárie, irracionalidade e ausência de cultura, de modo a justificar a dominação. O terceiro, mais profundo, é o da imposição subjetiva: a ideia de que o Ocidente representaria o único modelo legítimo de civilização, alta cultura e racionalidade. Como observa Boaventura de Sousa Santos (2010), trata-se de uma forma de “monocultura do saber”, que reduz a diversidade epistêmica mundial a um único horizonte cognitivo. Essa dominação subjetiva foi iniciada pelas encenações teatrais dos jesuítas nas colônias e, mais tarde, sistematizada na Europa, quando Goethe formulou o conceito de *literatura universal*, consolidando o ocidente como um parâmetro a ser seguido por toda humanidade.

Diante disso, é possível afirmar que a modernidade não se limita a um processo de avanços científicos, filosóficos e artísticos no interior da Europa.

Trata-se de um projeto global, erguido sobre violências coloniais e epistemológicas, que construiu suas próprias categorias de civilização, cultura e literatura a partir da negação sistemática de outras formas de vida e pensamento. Reconhecer esse processo é fundamental para compreender o caráter excludente do cânone literário ocidental e, ao mesmo tempo, abrir espaço às epistemologias críticas contemporâneas que buscam não apenas denunciar, mas também superar a colonialidade que ainda estrutura nossas formas de pensar, narrar e imaginar o mundo.

Para uma melhor compreensão, traçamos três momentos da relação do ocidente com a literatura: o epistemicídio ou a queima de livros; as narrativas que inventaram inferioridades humanas e, por fim, as que impuseram, em nossa subjetividade, a ideia do ocidente como o único modelo possível de civilização e alta cultura. Uma dominação subjetiva iniciada pelos jesuítas e consumada por Goethe com a invenção de uma literatura presumidamente universal.

O EUROCENTRISMO em três atos

406

A queima de livros foi o precedente daquilo que, na modernidade, os europeus estabeleceriam como relações de domínio através das manifestações literárias. Um gesto que coloca em dúvida o sentido de devoção que a civilização ocidental sempre ostentou no que diz respeito à literatura. Grosfoguel traz importantes argumentos que ilustram esse episódio:

Além do genocídio, a conquista da região de Al-Andalus foi acompanhada por um epistemicídio. A queima das bibliotecas, por exemplo, foi um método fundamental para a conquista da região. A biblioteca de Córdoba, com um acervo de 500 mil livros, quando a maior biblioteca cristã da Europa não continha mais de mil livros, foi queimada no século XIII. Até a conclusão da conquista de Al-Andalus, muitas outras bibliotecas tiveram o mesmo destino, culminando com a queima dos 250 mil volumes da biblioteca de Granada pelo cardeal Cisneros, no início do século XVI. Estes métodos eram estendidos aos ameríndios. Assim, o mesmo aconteceu com os códices indígenas – a parte escrita da prática utilizada pelos ameríndios na busca pelo conhecimento. O genocídio e o epistemicídio caminharam juntos no processo de conquista das Américas e de Al-Andalus (GROSFOGUEL, 2016, p. 34).

E como se do fogo nascesse a razão ocidental, o *segundo ato*, agora nas dimensões do Novo Mundo, foi o de inventar seres que estariam abaixo da linha

do humano. Os registros dos primeiros navegadores eram dedicados a conceber essas novas categorias.

Em seu diário, Cristóvão Colombo descreve os povos do Caribe como feras que devoravam seus semelhantes.

El domingo 4 de noviembre de 1492, a menos de un mes de llegado Colón al continente que sería llamado América, aparece esta anotación: “Entendió también que lejos de allí había hombres de un ojo, y otros con hocicos de perros, que comían los hombres”; el 23 de noviembre, esta otra: “la cual decían que era muy grande [la isla de Haití], y que había en ella gente que tenía un ojo en la frente, y otros que se llamaban caníbales, a quienes mostraban tener gran miedo...”. El 11 de diciembre se explica “que caniba no es otra cosa sino la gente de gran Can”, lo que da razón de la deformación que sufre el nombre caribe [...] el 15 de febrero de 1493, en que Colón anuncia al mundo su “descubrimiento”, escribe: así que monstruos no he hallado, ni noticia, salvo de una isla [de Quarives], la segunda a la entrada de las Indias, que es poblada de una gente que tienen en todas las islas por muy feroces, los cuales comen carne humana⁴ (RETAMAR, 1974, p. 13-14).

Um gênero de impressão fantástica que mais tarde configuraria o personagem Calibã, anagrama shakespeariano do nome Caribe e do termo canibal⁵.

407

Os povos originários foram tomados por subumanos, em especial, pela percepção cristã que os compreendia como povos sem religião. Ao levar em conta esse contexto, Grosfoguel assevera que

⁴ No domingo, 4 de novembro de 1492, menos de um mês depois da chegada de Colombo ao continente que se chamaria América, aparece este verbete: “Ele também entendeu que ao longe havia homens com um olho, e outros com focinhos de cão, que comiam homens”; em 23 de novembro, este outro verbete: “que diziam ser muito grande [a ilha do Haiti], e que nela havia pessoas que tinham um olho na testa, e outras que eram chamadas de canibais, a quem mostravam grande medo...” Em 11 de dezembro, explica-se que “caniba não é outra coisa senão o povo de grande Can”, o que explica a deformação do nome Carib [...] em 15 de fevereiro de 1493, quando Colombo anunciou sua “descoberta” ao mundo, escreveu: assim não encontrei monstros, nem notícias, exceto de uma ilha [de Quarives], a segunda na entrada das Índias, que é povoada por um povo que é considerado muito feroz em todas as ilhas, que come carne humana (RETAMAR, 1974, p. 13-14, tradução livre).

⁵ “Calibán es anagrama forjado por Shakespeare a partir de ‘caníbal’ [...] y este término, a su vez, proviene de caribe” (RETAMAR, 1974, p. 13).

[...] em 1492, com a conquista das Américas, [inicia-se] a caracterização de povos indígenas por Colombo como “povos sem religião”. [...]. [N]o imaginário cristão da época, não ter uma religião equivalia a não ter uma alma, isto é, ser expulso da esfera do humano (GROSFOGUEL, 2013, p. 36).

A classificação humana (que logo se configuraria em classificação racial) foi fabricada por gerenciadores do discurso europeu e articulada como narrativa oficial. Tais invenções contribuíram para colocar em dúvida a humanidade dos nativos do Novo Mundo. Não por outro motivo, Mignolo levanta as seguintes questões

O “outro”, [...], não existe ontologicamente. É uma invenção discursiva. Quem inventou o “outro” senão o “mesmo” no processo de construir-se a si mesmo? Tal invenção é o resultado de um enunciado. Um enunciado que não nomeia uma entidade existente, mas que a inventa. O enunciado necessita um (agente) enunciador e uma instituição (não é qualquer um que pode inventar o *anthropos*); mas para impor o *anthropos* como “o outro” no imaginário coletivo é necessário estar em posição de gerenciar o discurso (verbal ou visual) pelo qual se nomeia e se descreve uma entidade (o *anthropos* ou “o outro”), e conseguir fazer crer que esta existe [...] (MIGNOLO, 2017, p. 18)

Seguindo essas pistas, é possível traçar um paralelo entre o enunciado do primeiro gerenciador do discurso Moderno (Cristóvão Colombo) e a grande expressão da literária ocidental (William Shakespeare), o que resultaria nos personagens Próspero e Calibã.

Na obra “A tempestade” de Shakespeare, Calibã não pode produzir um discurso coerente, porque é humanamente inferior. Assim, o controle da narrativa fica a cargo do hegemônico e dominante discurso de Próspero:

O discurso de Calibã [...] seria, aos ouvidos hegemônicos, uma má imitação do discurso dominante, uma mera mimicry. Isso é verdade, ou trata-se de um discurso próprio de Calibã, que Próspero não comprehende? Não há registro da língua original de Calibã, a língua “aborígène” foi apagada, silenciada ou, simplesmente, não ouvida. A única que permanece, a única registrada, é a língua aprendida. Da mesma forma, o “mal” aprendido só pode produzir, na percepção/escuta de Próspero, uma má imitação, um “balbucio”. O cenário da língua que Shakespeare elaborou em *A tempestade* não desperta ambiguidades: gabbling e babbling são negativos; mas o negativo só existe como tal para Próspero, enquanto Calibã não o entenda da mesma forma.

A autogerada superioridade europeia é representada pelo personagem Próspero. Assim, podemos afirmar, com base na perspectiva de Retamar e Achugar, que desde as primeiras impressões de Colombo a alteridade humana

começa a ser desenhada com traços livrescos, à medida em que iam sendo comparadas superioridades e inferioridades humanas, pelos gerenciadores do discurso europeu.

A dominação que se instaurou a partir das manifestações literárias, comprehende o terceiro ponto de nossa discussão. Em meio as retóricas da modernidade (MIGNOLO, 2015), a da salvação pelo cristianismo é imposta aos povos originários (do Brasil colonial, por exemplo) por intermédio de representações teatrais. Silviano Santiago ajuda-nos com essa reflexão, quando sustenta que

Colocar junto não só a representação religiosa como a língua europeia: tal foi o trabalho a que se dedicaram os jesuítas e conquistadores a partir da segunda metade do século XVI no Brasil. As representações teatrais, feitas no interior das tabas indígenas, comportam a *mise-en-scène* de um episódio do *Flos Sanctorum* e um diálogo escrito metade em português e a outra metade em tupi-guarani [...]. A doutrina religiosa e a língua europeia contaminam o pensamento selvagem [...]. Pouco a pouco, as representações teatrais propõem uma substituição definitiva e inexorável: de agora em diante, na terra descoberta, o código linguístico e o código religioso se encontram intimamente ligados, graças à intransigência, à astúcia e à força dos brancos. Pela mesma moeda, os índios perdem sua língua e seu sistema do sagrado e recebem em troca o substituto europeu (SANTIAGO, 2000, p. 13-14, grifo meu).

409

Assim, as manifestações literárias foram – antes mesmo do domínio pelas línguas Modernas que estavam sendo impostas – as mais poderosas armas de dominação subjetiva da *colonialidade do poder*. Aniquilar a língua e o sistema do sagrado (ou seja, a cultura) de determinados povos, através da representação dramática, precisa ser lembrado pela história como um crime contra a nossa memória cultural. Ou melhor, é preciso historicizar todo o processo de destruição e substituição que serviram para silenciar e anular para sempre as culturas originárias de Abya Yala.

Esse gênero de dominação está estreitamente relacionado à subjetividade cristã, a mesma que fora incutida pelos jesuítas aos ameríndios. Não por outro motivo, Kierkegaard dizia que a cristandade é uma cultura de dominação. A literatura ocidental, sem fugir à regra, configurou-se como um dos principais instrumentos de dominação colonial.

Secularizando o que se iniciou com os jesuítas, o projeto romântico alemão teve como objetivo imprimir, em escala mundial, a cosmovisão eurocêntrica como

uma subjetividade comum a toda humanidade. Inaugurado no final do século XVIII e culminado em 1827 com Goethe, foi o principal fenômeno que propagou as preferencias europeias. Construindo a ideia de que o gosto, a estética, o conceito de beleza, em uma palavra, a cosmovisão ocidental, fosse imprescindível para um projeto salvífico (agora sob a retórica de civilização) que se proliferaria pelo mundo.

Tomando como base a Antiguidade Clássica e também a Literatura Clássica, os românticos alemães projetaram o imaginário de uma Europa como a única civilização possível. Idealizando uma ponte civilizatória entre a Grécia Antiga e o mundo germânico. Uma articulação que ignora por completo o processo de constituição identitária com pretensão mundial, surgido a partir da invasão da América, como sustenta Quijano.

Walter Benjamin, em sua tese de doutorado, traz uma citação de Novalis confirmando que eles mesmos (os românticos alemães) inventaram, como conceito, não só a Antiguidade, mas também a Literatura Clássica

410

Natureza e intelecção da natureza surgem ao mesmo tempo, assim como a Antiguidade e o conhecimento da Antiguidade; pois erra-se muito quando se acredita que existe a antiguidade. Apenas agora a Antiguidade começa a surgir [...]. *Com a literatura clássica se passa como com a Antiguidade; ela não é propriamente dada a nós, ela não é existente, mas, antes, ela deve ser produzida apenas agora por nós. Através do estudo assíduo e espirituoso dos antigos surge apenas agora uma literatura clássica para nós a qual os antigos mesmos não possuíam [...] Os Antigos são ao mesmo tempo produtos do futuro e do passado [...] Existe uma Antiguidade central ou um espírito universal da Antiguidade?* (NOVALIS *apud* BENJAMIN, 2018, p. 120, grifos meus).

Com Goethe o projeto romântico recebe acabamento. A pretensão de homogeneizar o mundo a partir da mencionada cosmovisão eurocêntrica é a consumação do projeto iniciado no final do século que antecederá sua formulação.

A homogeneização do mundo que Goethe idealizou, [...], revela tanto sua concepção da universalidade do mundo quanto as implicações ideológicas da noção de *Weltliteratur*. Nesse sentido, vale a pena lembrar que, quando em 1827, ele formulou, pela primeira vez, a noção de uma "literatura mundial", incluiu uma espécie de imperativo estético que é também ético - que defende que para "satisfazer nossa necessidade, devemos, de algum modo, retroagir aos gregos, em cujas obras se expressa a beleza humana". O retorno aos gregos como expressão da "beleza humana" elemento fundamental nos universais de Goethe, não é casual e supõe a reafirmação da genealogia hegemônica da chamada cultura ocidental, que é permanente e que se contrapõe "ao resto". Esse "o resto", segundo lembra Goethe,

"temos que considerar como puramente histórico, apropriando-nos, enquanto possível, do bom que exista nisso". E, a partir dessa centralidade da noção de *Weltliteratur*, a partir desse sujeito do conhecimento criado pelo mesmo Goethe, que ele se apropria do mundo outro ou, melhor dizendo, do mundo dos outros (ACHUGAR, 2006, 68-69).

Consumando o projeto romântico, o sujeito do conhecimento criado por Goethe levará adiante a apropriação do mundo dos outros. Assim, em uma perspectiva cartesiana, que é a que prevalece nas grades curriculares do ensino básico e nas disciplinas acadêmicas, o modelo de conhecimento e o cânone da literatura universal é aquele produzido por homens brancos de cinco países (Alemanha, Inglaterra, França, Estados Unidos e as vezes um italiano). A apropriação do mundo dos outros, assim como a destruição de memórias *outras* tiveram início com a doutrinação jesuítica empreendida contra os povos originários e se universalizou a partir do projeto romântico e da literatura universal. Desse modo, o que se iniciou com a doutrinação jesuítica, passou pelo projeto romântico alemão e culminou com a literatura e a história universal formaram os aparatos de dominação que se estenderam por todo o mundo por intermédio, principalmente, do sistema educacional que surge no contexto da modernidade.

411

Finalmente, não é demais afirmar que se a literatura canônica, a filosofia e a educação moderna, de um modo geral, não são capazes de responder quem somos nós, servem muito pouco para a nossa real formação. Portanto, levando em consideração a nossa situação de exterioridade, vale mais os enunciados como o de Rigoberta Menchú⁶ que busca – a partir da condição de analfabeta da educação moderna – uma autoconscientização, do que os discursos que se dispõem a nos inventar como o *outro* “no processo de construírem a si mesmos”.

CONSIDERAÇÕES finais

Ao longo deste trabalho, enfatizamos como a literatura ocidental, longe de se restringir ao ideal emancipador com o qual foi frequentemente revestida, se constituiu, desde os primórdios da modernidade, como um dos mais eficazes instrumentos de dominação colonial. Vimos que, a partir do epistemicídio em Al-

⁶ Referência ao livro de Elisabete Burgo “Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia”

Andalus e da queima dos códices ameríndios, instaurou-se um projeto de apagamento de memórias culturais, cuja finalidade era tanto o silenciamento de outras cosmologias quanto a imposição de uma visão eurocêntrica universalizante.

Demonstramos também que a literatura moderna emerge não como espaço neutro ou humanista, mas como ferramenta discursiva que inventa alteridades, define inferioridades e consolida a superioridade europeia como paradigma civilizatório. Esse processo, inaugurado pelas crônicas dos conquistadores e pelas representações jesuíticas, encontra sua culminância no romantismo alemão e no projeto de *Weltliteratur* de Goethe, quando o eurocentrismo alcança o estatuto de universalidade.

Assim, torna-se evidente que a literatura ocidental, em suas múltiplas expressões, esteve imbricada na constituição da colonialidade do poder e na fabricação de subjetividades subordinadas. Daí a urgência de um esforço crítico e descolonial que desestabilize os cânones ainda presentes em nossas práticas educacionais, de modo a abrir espaço para memórias, vozes e epistemes historicamente silenciadas.

Em última instância, a pergunta que nos move não é apenas sobre a função da literatura, mas sobre quem somos e de que modo podemos nos narrar a partir de nossas próprias experiências históricas e culturais. Nesse sentido, os testemunhos insurgentes – como o de Rigoberta Menchú – mostram-se mais potentes para a construção de consciências críticas do que a repetição de modelos importados que pouco dizem sobre a realidade latino-americana. Reconhecer esse deslocamento é o primeiro passo para que possamos transformar a literatura, não mais em ferramenta de colonização, mas em espaço de libertação e reexistência.

412

REFERÊNCIAS

- ACHUGAR, Hugo. *Planeta sem boca*: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Editora UFMG. 2006.
- BENJAMIN, Walter. *O conceito de crítica de arte no Romantismo alemão*. Editora Iluminaras LTDA. São Paulo, 2018.
- DUSSEL, Enrique. *1492: O encobrimento do outro. A origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1993.

GROSFOGUEL, Ramón. Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/ epistemicidios del largo siglo XVI. *Revista Tábula Rasa*. Bogotá-Colômbia. Nº 19: 31-58. 2013.

MIGNOLO, Walter D. Desafios descoloniais hoje. *Epistemologias do Sul, Foz do Iguaçu/PR*, 1 (1), PP. 12-32, 2017.

_____ *Habitar la frontera*: sentir y pensar la descolonialidad (antología 1999-2014). Francisco Carballo y Luis Alfonso Herrera Robles (Prólogo y selección). Editora Fundación CIDOB; Edición: 1 (20 de febrero de 2015). 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder. *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acesso em 20/10/2017.

RETAMAR, Roberto, FERNÁNDEZ. 1971. *Calibán*. Casa de las Américas, La Habana.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*: ensaios sobre dependência cultural. Editora Rocco 2ª Edição. Rio de Janeiro. 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. São Paulo: Cortez, 2010.

Artigo Recebido em: 30 de agosto 2025.

Artigo Aprovado em: 05 de setembro de 2025.